

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UENURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Um cachorro com 14 donos



É ruim a supressão da figura do relator na reforma tributária. Ao dar protagonismo aos 14 integrantes do grupo de trabalho, Lira parece mais interessado em sua sucessão que na reforma

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a criação de dois grupos de trabalho para tratar dos projetos de lei que vão regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. Cada um desses colegiados será composto por sete deputados. Eles terão 60 dias para concluir as análises, mas o prazo poderá ser prorrogado, se necessário. Não haverá um relator ou coordenador. “Todos serão relatores, todos serão membros. Na hora de cumprir os ritos regimentais, a gente escolhe um deles

para assinar o que todos vão fazer conjuntamente”, afirmou Lira.

Entende-se que o presidente da Câmara queira contemplar o maior número de partidos na distribuição de propostas relevantes como as da reforma tributária. No entanto, não parece ser uma boa estratégia para quem diz tratar o tema com a prioridade que ele merece. Como diz o ditado popular, se um cachorro que tem dois donos morre de fome, o que dizer de um que possui 14?

O longo processo de regulamentação da reforma não começou bem. O primeiro projeto de lei, que contempla a

maioria das regras da proposta e trata dos novos impostos que incidirão sobre bens e serviços, chegou às lideranças da Câmara há quase um mês, entregue pessoalmente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Não há justificativa plausível para tanta demora em definir uma estratégia para a tramitação desse primeiro texto. São mais de 360 páginas e um total de 499 artigos que abordam desde a composição da cesta básica aos regimes específicos para diversos setores econômicos.

O segundo projeto, a ser remetido ao Legislativo nos próximos dias, trata de questões ainda mais delicadas. Há receio, por parte de alguns governadores, sobre a criação do Conselho Federativo, órgão que ficará responsável pela arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela distribuição de suas receitas entre Estados e municípios.

Tampouco se explica uma mudança tão radical na postura de Lira sobre um mesmo tema em tão pouco tempo. Para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criou as bases da reforma, promulgada no fim ano passado, Lira definiu como relator o deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), que já havia elaborado um parecer sobre a mesma PEC em 2021.

Aprovar uma proposta tão ampla era uma tarefa politicamente difícil, mas Ribeiro conseguiu construir um consenso mínimo com os parlamentares e os setores envolvidos. Ganhou protagonismo, a ponto de se tornar o candidato natural para analisar os novos textos. Era o nome preferido do governo, mas foi deliberadamente escan-

teado por Lira e não integrará nem mesmo os grupos de trabalho.

No modelo proposto por Lira, cada partido pode indicar um membro para ocupar as 14 vagas dos grupos de trabalho. “É mais democrático”, disse ele. Se esse fosse o ponto, ainda mais democrático teria sido optar pelas comissões, que respeitam a composição dos blocos da Câmara e a representatividade dos partidos. Nos grupos de trabalho, no entanto, Lira tem discricionariedade para selecionar – e, sobretudo, para excluir – quem quiser.

Em qualquer proposta legislativa, a figura do relator é fundamental para dialogar com os setores diretamente envolvidos. Não se trata de um cargo decorativo. Além de domínio técnico sobre os pormenores do texto, sua liderança é crucial para contemplar e rejeitar sugestões de mudanças no texto final. É uma posição que requer aguçada sensibilidade política. Pode ser a diferença entre a aprovação e a rejeição de um texto.

O tempo para analisar os textos da reforma tributária é curto e não pode ser desperdiçado em barganhas políticas. Trata-se de uma etapa crítica da reforma, sem a qual as necessárias mudanças do sistema não serão materializadas.

Um parlamentar experiente como Lira sabe bem disso. Mas tudo indica que a reforma tributária entrou no centro da disputa antecipada pela presidência da Câmara, na qual o deputado tem todo o interesse de indicar seu sucessor. Deixar a reforma naufragar, no entanto, é um preço alto demais para qualquer liderança que almeje um futuro político. Ainda há tempo de corrigir esse rumo. ●

Travessuras fora do Orçamento

Governo e Congresso recorrem a subterfúgios para gastar mais, ao largo das amarras fiscais e do escrutínio da sociedade, minando as contas públicas e, no limite, a democracia

O Brasil assiste – não é de hoje, mas se acirra com a fúria gastadora do governo Lula da Silva – a uma guerra pelo Orçamento. Com os recursos públicos cada vez mais apertados em razão de engessamentos das mais variadas espécies, travam-se disputas pelo dinheiro que resta, em geral para atender a interesses próprios, corporativos ou paroquiais.

Essa batalha tem levado o Executivo e o Legislativo a criar mecanismos para evitar o debate orçamentário, isto é, para gastar dinheiro sem ter que passar pelo desgastante processo democrático de explicar aos contribuintes por que seus projetos devem receber os escassos recursos públicos.

Um bom exemplo dessa criatividade é o uso dos chamados fundos garantido-

res para implementação de políticas públicas, como bem salientou, em reportagem do *Estadão*, o pesquisador do Insper Marcos Mendes. Geralmente com previsão inicial de devolução dos aportes ao Tesouro Nacional, esses fundos asseguram empréstimos mais baratos a micro e pequenas empresas e suporte a programas de renegociação de dívidas. O tempo já provou, porém, que, com finanças espartas, o dinheiro proveniente dos cofres públicos e destinado a finalidades específicas ganha utilização variada, com prorrogação de forma indefinida.

O que diz Mendes é que basicamente os fundos garantidores têm financiado políticas públicas fora do Orçamento. Hoje, existem dez deles de natureza privada administrados por bancos públicos, com nada menos do que R\$ 77 bilhões de participação da União.

Com isso, o dinheiro vai e sabe-se lá quando volta. O impacto fiscal se dá apenas uma vez, na saída, quando o governo faz o aporte. “Depois, o resultado primário negativo fica para trás, e o governo e o Congresso ficam ‘brincando’ com esse dinheiro aqui fora”, disse Mendes.

Como de boas intenções o inferno está cheio, nem sempre esse uso maroto dos fundos é resultado de má-fé – como é o caso, por exemplo, do programa Pé de Meia, uma espécie de poupança para estimular estudantes de baixa renda a terminarem o ensino médio. Como se sabe, o programa pode receber recursos não utilizados em fundos específicos, sob administração da Caixa e sem qualquer controle orçamentário. Ora, como lembrou Marcos Mendes, não há razão nenhuma para que esse programa, que é meritório, seja operado fora do Orçamento – e nem seria tão difícil conseguir apoio político para incluí-lo no Orçamento, mas aparentemente o governo preferiu o caminho mais curto.

Hoje, dentro do governo, discutem-se variados usos para recursos de fundos, como socorrer empresas aéreas ou garantir gastos de despesas de pequenas e médias empresas com cartão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Congresso discute, ainda, tirar a obrigatoriedade de devolver em 2025 os aportes feitos pela União no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de

Pequeno Porte (Pronampe), o que na prática joga o prazo para as calendas.

Essas artimanhas revelam um “Orçamento paralelo”, conforme avalia Mendes, e que não se limita ao uso desses fundos. Há travessuras na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), onde o Centrão se lambuzou; na Petrobras, cujo plano de investimento sustenta o delírio desenvolvimentista do presidente Lula da Silva; e na Itaipu Binacional, que, à custa dos consumidores brasileiros, pode arcar com obras em todo o Paraná, em Mato Grosso do Sul e até no Pará.

Em Belém, por exemplo, a hidrelétrica vai bancar R\$ 1,3 bilhão em infraestrutura para a Conferência do Clima (COP-30), prevista para 2025. Como apontou a colunista do *Estadão* Elena Landau, o governo trillhou mais “um atalho para fugir de restrições das já combalidas regras fiscais” e, como escreveu ela, “gastar recursos fora do Orçamento”.

Convém lembrar que o Orçamento não é um capricho burocrático. É pilar da democracia. Periodicamente a sociedade é convocada, por meio de seus representantes, para discutir as prioridades do País e decidir quais serão atendidas imediatamente e quais ficarão para depois – porque, afinal, não há dinheiro para tudo. Mas o debate democrático dá trabalho, então, há quem prefira gastar o escasso dinheiro dos brasileiros sem dar satisfação a ninguém. ●